



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### Aviso n.º 2910/2020

*Sumário:* Recrutamento, por mobilidade na categoria, de um técnico superior (área financeira), a afetar à Entidade das Contas e Financiamentos Políticos.

#### **Recrutamento por mobilidade de um Técnico Superior da área financeira a afetar à Entidade das Contas e Financiamentos Políticos**

Carreira/Categoria: Técnico Superior;  
Remuneração: Posição remuneratória detida no lugar de origem, até à 3.ª posição remuneratória nível 19 (€ 1.407,45);

Suplemento Mensal: € 281,49, valor correspondente à posição remuneratória supra identificada. O referido suplemento está previsto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 545/99, de 14 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2015, de 16 de setembro;

Relação Jurídica Exigida: CTFP por tempo indeterminado;

Habilitação Literária: Licenciatura em Gestão, Economia ou Contabilidade;

Caracterização do Posto de Trabalho (conteúdo funcional):

Conhecimento do sistema de normalização contabilística (SNC);

Experiência em trabalhos de auditoria financeira;

Experiência na elaboração de relatórios e pareceres;

Conhecimentos informáticos na ótica do utilizador, em especial das aplicações Word e Excel;

Autonomia e elevado sentido de responsabilidade;

Capacidade de organização e facilidade de comunicação;

Experiência de trabalho em equipa.

Observações:

Método de seleção: Avaliação curricular complementada com entrevista.

Apenas serão convocados/as para a realização de entrevista os/as candidatos/as cujo *curriculum vitae* tenha sido objeto de avaliação mais favorável.

As candidaturas deverão ser obrigatoriamente instruídas com o *curriculum vitae* detalhado, datado e assinado e com declaração emitida pela entidade empregadora relativa às funções que exerce, bem como certificado de habilitações literárias e certificados de formação, sem prejuízo de quaisquer outros elementos que o/a candidato/a entenda serem relevantes para apreciação do seu mérito.

No requerimento de candidatura devem constar os seguintes elementos: nome, naturalidade, data de nascimento, habilitações literárias, modalidade da relação jurídica de emprego público e serviço/organismo a que pertence, categoria detida, posição remuneratória e vencimento, morada, código postal, endereço eletrónico, telefone de contacto e identificação da presente oferta de emprego.

Envio de candidaturas para: [recrutamento@tribconstitucional.pt](mailto:recrutamento@tribconstitucional.pt) ou para o Tribunal Constitucional sito na Rua de "O Século", n.º 111, 1249-117 Lisboa.

Data limite para a apresentação de candidaturas: dez dias úteis após a publicação do presente aviso no *Diário da República*.

03/02/2020. — A Secretária-Geral, *Ana Maria Neto*.

312981282